

Fortalecer e ampliar a unidade das oposições para derrotar FHC

Maurício Morais



A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB reuniu-se dia 8 em São Paulo e considerou a união das esquerdas e a formação de um amplo leque de alianças capaz de derrotar Fernando Henrique Cardoso e seus aliados nas eleições de 1988 os principais desafios colocados para os comunistas.

Página 2

A Classe Operária



R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

Trabalhadores apresentam suas propostas para um novo Brasil



Manifestantes abrem a bandeira nacional, na Praça da Sé, São Paulo

Mais de 3 mil pessoas, de 1.188 entidades do movimento sindical, popular, estudantil e juvenil participaram do *Encontro Popular contra o Neoliberalismo, por Trabalho, Terra e Cidadania*, em São Paulo.

O Encontro aprovou uma plataforma de lutas e um calendário de atividades, e divulgou manifesto onde afirma:

“Outros companheiros reforçarão e enriquecerão o movimento. Juntos, avançaremos na conquista de um Brasil soberano, livre, próspero e feliz.”

Páginas 4 e 5

Pacote de FHC traz prejuízos à economia nacional

Página 3



Caetano em Brasília, antes do exílio



Outras palavras

Caetano Veloso, um dos mais influentes artistas brasileiros, lançou o ensaio autobiográfico *Verdade tropical*. O compositor opina

sobre a produção artística e o curso político do país, em especial nas últimas três décadas.

Última página



Fotos: Maurício Morais



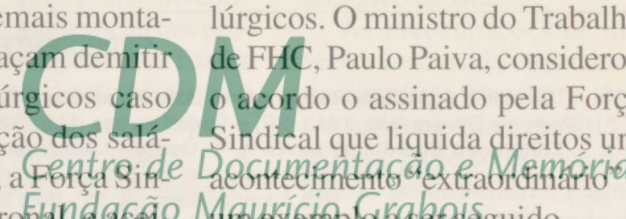
Lula fala aos metalúrgicos, em São Bernardo, dia 11

Montadoras fazem chantagem para reduzir salários

Volkswagen e demais montadoras do ABC ameaçam demitir milhares de metalúrgicos caso não aceitem a redução dos salários. Em São Paulo, a Força Sindical fez o jogo patronal, e aceitou corte nos salários dos meta-

lúrgicos. O ministro do Trabalho de FHC, Paulo Paiva, considerou o acordo assinado pela Força Sindical que liquida direitos um acontecimento "extraordinário" e um exemplo a ser seguido.

Página 7





Construindo a vitória!

Recessão, desemprego, rebaixamento salarial, dívidas, sucateamento da saúde, educação, serviços públicos, aumento da violência urbana e dos crimes impunes contra trabalhadores sem terra, corrupção desbragada, concentração de riquezas na mão de poucos e alastramento da miséria entre muitos.

Mudança de rumos, desenvolvimento nas cidades e no campo, distribuição de renda, uma nova orientação econômica e política voltada para os interesses dos brasileiros, construção, no presente, de um futuro de felicidade.

Estes dois projetos se confrontaram ao longo do ano de 1997, e travarão novos e decisivos embates em 1998. O projeto neoliberal, concentrador de rendas e excludente, levando ao desemprego crescente em todo o planeta, é imposto a ferro e sangue pelas elites dirigentes "globalizadas" e seguido com subserviência por

Fernando Henrique Cardoso e seu governo.

A resistência dos povos contra essa política neoliberal, como bem frisaram as resoluções do 9º Congresso do PCdoB, realizado em 97, "afirma-se e abre caminho". Lutas de trabalhadores em defesa de seus direitos; em todos os continentes, inclusive nos arrogantes Estados Unidos; lutas nacionais contra o domínio estrangeiro, lutas em defesa dos direitos dos povos e do meio ambiente expandiram-se por todo o globo.

Em nosso país, em que pese a santa aliança das elites e dos conservadores em torno do governo de FHC, a oposição à orientação neoliberal deu importantes passos no rumo da sua unificação e ampliação. Especial destaque merecem as marchas pela reforma agrária, os encontros do movimento popular e sindical por terra, trabalho e cidadania, e as múltiplas reuniões e articulações entre os partidos oposicionistas,

visando a ação comum, inclusive com a formação de Blocos das Oposições no Congresso e em diversos Estados.

Este é o caminho que deve ser aprofundado no próximo ano. Em 1998 teremos as decisivas eleições para presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Nas ruas, denunciando as arbitrariedades e injustiças do modelo neoliberal de FHC, e no conjunto das organizações democráticas e populares, forjando a unidade e ampliando a ação política, criaremos condições para derrotar Fernando Henrique e eleger uma grande bancada parlamentar progressista, com expressiva participação de deputados comunistas.

É o compromisso do Partido Comunista do Brasil e de seu órgão central, *A Classe Operária*, que volta a circular na segunda quinzena de janeiro de 1998.

Boas festas e um ano de grandes conquistas!

Fortalecer a união das esquerdas e ampliar as alianças

O fortalecimento da união das esquerdas e a formação de um amplo leque de alianças capaz de derrotar Fernando Henrique Cardoso e seus aliados nas eleições de 1988 são os principais desafios colocados para os comunistas. Esta foi a conclusão da reunião da Comissão Política do Comitê Central do PCdoB, realizada dia 8 em São Paulo.

Na opinião dos comunistas, é necessária a formação de um conselho envolvendo entidades democráticas e populares e personalidades brasileiras, objetivando elaborar o programa e acompanhar a campanha do candidato único da oposição democrática, nacional e popular. Esse conselho poderá dar condições de ampliar ainda mais o alcance da campanha presidencial, garantindo possibilidades concretas de derrotar FHC e sua política neoliberal.

Para o PCdoB, a esquerda deve ser o núcleo da frente muito ampla, objetivando derrotar o neoliberalismo e ampliar a democracia e participação popular nas decisões nacionais. O programa deve contemplar uma política de distribuição de ren-



da, de geração de empregos, a reforma agrária e condições de trabalho na terra, o investimento em saúde, educação e moradia popular.

A Comissão Política, integrada por João Amazonas, Renato Rabelo, José Reinaldo de Carvalho, João Batista Lemos, Pedro de Oliveira, Vital Nolasco, Walter Sorrentino, Jô Moraes, Ana Rocha, Ronald Freitas, Aldo Rebelo, Haroldo Lima, Sérgio Miranda, Ricardo Abreu e Aldo Arantes, analisou também as sucessões estaduais e as possibilidades de alianças partidárias. O PCdoB objetiva eleger no mínimo 15 deputados federais e entre 15 e 20 deputados estaduais no

próximo ano. O Partido deverá lançar candidatos em todos os Estados e no Distrito Federal. Está colocado o desafio de alcançar em todos os Estados 1% dos votos, garantindo assim a infra-estrutura de bancada parlamentar nas Assembleias Legislativas e na Câmara Distrital.

A direção do Partido está participando de reuniões com outros partidos e entidades, objetivando consolidar a unidade das esquerdas e organizar uma ampla frente anti-neoliberal. A escolha dos candidatos a presidente e vice-presidente da República deve ser feita levando-se em conta o programa da frente e nomes que aglutinem amplos setores, dando condições de derrotar o projeto continuísta de FHC e das elites no poder.

PCdoB/RS elege nova direção e indica candidatos às eleições

Denise Campão

A Conferência Estadual do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul, realizada no Plenário da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, dias 6 e 7 de dezembro elegeu os novos membros da direção estadual da sigla. A direção eleita, composta por parlamentares, sindicalistas, operários, professores universitários, funcionários públicos, comerciários e pequenos agricultores de 14 municípios do Estado, teve renovação de 25% em relação à anterior.

A conferência também teve o caráter de uma pré-convenção, que indicou as candidaturas do PCdoB para o próximo ano. O economista Édson Silva foi indicado para concorrer a uma vaga na Câmara Federal. Para a Assembléia Legislativa, a deputada Jussara Cony concorrerá à reeleição e os vereadores Deo Gomes, de Caxias do Sul, e Luiz Carlos Mattozo, de Pelotas, também serão candidatos ao Legislativo estadual.

O vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, falou aos mais de 200 delegados presentes. Para ele, a eleição de 1998, "é preciso que se forme uma frente



ampla com base no movimento popular e democrático e com uma plataforma anti-neoliberal, unindo as esquerdas".

Segundo Adalberto Frasson, presidente estadual do PCdoB, foi reafirmada a necessidade de uma candidatura única das oposições no Estado para derrotar o governo neoliberal de Antônio Britto, com sua política de desmonte e entrega do patrimônio público. Ficou constatado, também, conforme Frasson, que no Rio Grande do Sul existem duas realidades: "a oficial, que é fictícia, mostrada na falsa e farta propaganda feita com recursos públicos pelo governo do Estado, e a real, onde os grandes grupos econômicos ditam as ordens e o governo, submisso, as cumpre, entregando nossas estatais a empresas que não atendem aos interesses do povo gaúcho".

Assembléia faz desagravo a Luciano Siqueira

O ex-deputado estadual e atual presidente regional do PCdoB, Luciano Siqueira, foi homenageado dia 10 em sessão especial da Assembléia Legislativa de Pernambuco, realizada por iniciativa da deputada Luciana Santos. Em 92, numa reportagem assinada por Expedito Filho, da Revista *Veja*, Luciano foi grosseiramente caluniado. Após uma batalha política e jurídica de 5 anos, ele obteve ganho de causa contra a *Veja*.

Dentre os presentes na ho-

menagem estavam Edvaldo Nogueira, do Comitê Central do PCdoB, o escritor Ariano Suassuna (secretário da Cultura de Pernambuco, que falou em nome dos demais secretários e do governador Miguel Arraes), vereador Marcelo Santa Cruz (PT de Olinda e representante do Movimento Tortura Nunca Mais), deputado Djalma Paes (presidente da Assembléia Legislativa), Inaldo Silva (da Ubes), Luiz Henrique (UNE) e Jorge Perez (presidente da CUT-PE).

Promoção Especial

A Classe Operária



Faça ou renove sua assinatura anual de 30 publicações do jornal **A Classe Operária**, por apenas R\$ 30,00.

Ligue (011) 604 4140 / 606 0412 e deposite no Banco Itaú, ag. 0251, Conta corrente 48676-7

Formas de pagamento:

- Cheque nominal à Editora Jornalística **A Classe Operária**
- Vale Postal

- Cartão Credicard/Diners nº _____ Validade: _____

Nome: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____

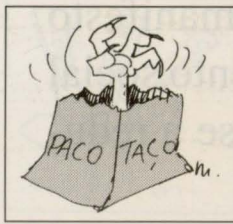
EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Edição:** Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) **Secretária:** Gabriela Mendonça
Editoração Eletrônica: Marco A. T. Godoy - **Administração:** Francyrose de Andrade Matarazzo.
Publicação quinzenal da Editora Jornalística *A Classe Operária*
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01318-020 - Fone: (011) 604 4140 - Fax: (011) 606 0412
PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>, E-mail: classeop@ruralsp.com.br



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



O Congresso votou, no início de novembro, as medidas provisórias integrantes do pacote fiscal do governo. À exceção de uma, foram todas aprovadas, em função da chantagem que o Executivo estabeleceu: “ou se votavam as medidas, ou a crise seria inevitável”.

Protesto contra o Pacote

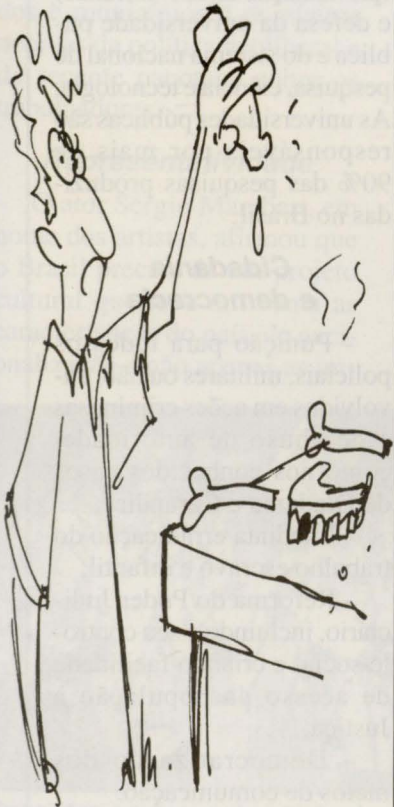
O Movimento Popular da Mulher – MPM, organizou uma bem humorada exposição na Praça Sete, centro de Belo Horizonte, no final de Novembro, para protestar contra o pacote econômico do governo Fernando Henrique Cardoso.

A partir dos símbolos do sucesso (segundo FHC) do Plano Real (frango, dentadura, iogurte), as mulheres discutiram com a população as conseqüências do pacote no nosso dia-a-dia.

A vereadora Jô Moraes, do PCdoB de Minas Gerais, e a secretária da mesa diretora da Câmara Municipal de Belo Horizonte, também participou do protesto e lembrou que o ato era uma forma de criticar as absurdas medidas impostas ao povo brasileiro pela política neoliberal do senhor Fernando Henrique.

Vestindo sacos de linhagem e carregando faixas e cartazes, as mulheres montaram um painel – todo formado por bolsas usadas – parodiando a queda das Bolsas de Valores em todo o mundo. Numa delas, estava escrito, “O FHC bebeu meu iogurte, comeu meu frango, roubou minha dentadura e agora não quer que eu compre o peru de Natal.”

Nos discursos, os oradores lembraram que pacote não é saída e só aumenta a recessão. O que é preciso fazer, segundo os manifestantes, é adotar medidas que favoreçam retomada do crescimento econômico, com juros baixos e mais empregos.



Congresso aprova medidas antipovo

Fredo Ebling Junior

Os prejuízos para o povo são flagrantes. A MP 1595/97 alterou dispositivos do Regime Jurídico Único para permitir a demissão de até 33 mil servidores públicos federais. A medida retira, também, direitos como a licença-prêmio e outros referentes a aposentadoria. Além disso, proibiu o pagamento de remuneração ao trabalhador com mandato sindical.

Já a MP1600/97 destinou ao pagamento da dívida pública da União os dividendos das empresas estatais e os superávits financeiros dos fundos e entidades da administração pública federal indireta. Ao transferir para o pagamento de juros os superávits financeiros dos fundos, o governo está diminuindo o investimento e o custeio e desviando recursos de programas específicos como os do Fundo Nacional de Assistência Social. Estima-se em 3 bilhões de reais o valor a ser desviado para pagamento de juros. Esta MP é a mais clara afirmação da prioridade do governo FHC para com os interesses financeiros em detrimento das despesas públicas de caráter social. Quando da votação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), o governo alardeava a necessidade de desvinculação dos recursos para aplicá-los na área social. Mas sua ação é no sentido exatamente contrário: com esta MP vinculou recursos, para pagar a dívida pública.

Outras duas MPs também produzem efeitos danosos. A 1602/97, que foi a mais comentada, ampliou a carga fiscal sobre a classe média com o aumento da alíquota do Imposto de Renda e reduziu incentivos regionais. Já a de nº 1596-14 tornou a aposentadoria proporcional menos atrativa para quem participa do Regime Geral da Previdência e acabou com a aposentadoria especial para jornalista, telefonista e juiz classista.

Fernando Henrique enfatizara que não haveriam cortes na saúde, educação, nem na assistência social ou na reforma agrária. Mas na MP 1599/97 mandou cortar nada menos do que R\$ 310 milhões da assistência aos idosos. Um dos maiores cortes percentuais, atingindo 37% dos recursos orçamentários para essa finalidade. As de-



núncias da oposição, explicitando os efeitos perversos dessa medida provocaram constrangimentos aos deputados da base de apoio ao governo que não se dispuseram a votar a MP.

A única medida que contou com o apoio da oposição foi a 1601/97, que cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC) para avaliar, junto à rede bancária, empréstimos para projetos de implantação, expansão, modernização ou realocação de micro e pequenas empresas com

faturamento anual até R\$ 700 mil e por médias empresas exportadoras com faturamento até R\$ 15 milhões. O patrimônio inicial do Fundo será constituído mediante a transferência de 40% dos recursos oriundos dos saldos de contas bancárias não recadastradas desde 1994 e recolhidos ao Banco Central, o que está previsto em outra medida do pacote, a MP 1597. O relator, acatando sugestão do deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA), definiu, no próprio texto legal, o significado de pequena

e média empresa. Assim, evita-se o uso indevido dos recursos do Fundo por empresas de grande porte e diminui o poder discricionário do Executivo na matéria.

Como disse o deputado Aldo Arantes, “as questões essenciais de vulnerabilidade do Plano Real, que a oposição tem apresentado de forma clara, não foram abordadas neste pacote de medidas; tampouco se tomou providências para preservar a economia nacional deste e de novos ataques especulativos”.

Pacote de FHC ameaça a ciência e tecnologia brasileiras

As nefastas medidas tomadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso continuam a gerar efeitos desastrosos sobre os diversos setores da vida no país. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tem feito denúncias sobre as conseqüências das medidas recessivas e a possibilidade do setor de ciência e tecnologia entrar em colapso.

O presidente da SBPC, Sérgio Ferreira, abordou o problema no *Jornal da Ciência* do dia 21 de novembro. Ele afirma que a pós-graduação, que tem sido um dos grandes instrumentos para alavancar a produtividade da ciência brasileira e que hoje é considerada a melhor pós-graduação da América Latina,

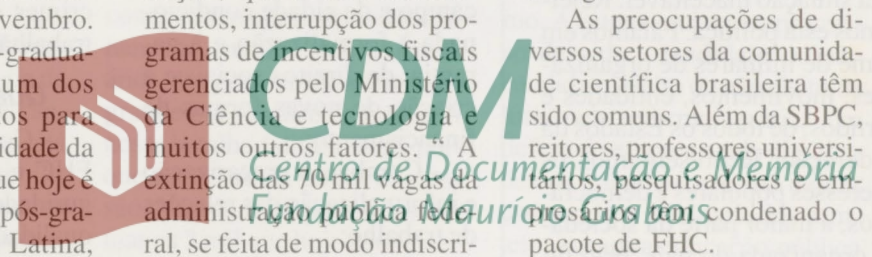
“poderá ser desmantelada pela crise do real e seu tratamento de choque. Ninguém sabe ao certo a extensão das medidas.”

Sérgio Ferreira chama a atenção “para o fato de que, dentro das medidas do pacote econômico, há decisões inegociáveis para a comunidade científica”. Ele se refere a mudanças nas concessões de bolsas, extinção de vagas, inexistência de novos concursos, queda na arrecadação, queda nos investimentos, interrupção dos programas de incentivos fiscais gerenciados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e muitos outros fatores. “A extinção das 70 mil vagas da administração federal, se feita de modo indiscri-

minado, deve gerar distorções graves na estrutura de recursos humanos docentes e de pesquisa”, afirma ele.

O presidente da SBPC diz ainda que a entidade “torna público seu ponto de vista de que as medidas recentemente anunciadas pelo governo federal terão efeitos danosos sobre o sistema de ciência e tecnologia, podendo comprometer séria e irreversivelmente o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil”.

As preocupações de diversos setores da comunidade científica brasileira têm sido comuns. Além da SBPC, reitores, professores universitários, pesquisadores e empenhados em condenar o pacote de FHC.





O Encontro Popular contra o Neoliberalismo aprovou um manifesto e uma Plataforma de lutas que pretende unificar o movimento social no próximo ano. Entre os pontos da Plataforma, destaca-se a redução da jornada de trabalho sem redução de salários

Manifesto do Encontro Popular

Trabalho, Terra e Cidadania

No momento em que nos reunimos, o povo brasileiro sofre com o pacote do governo Fernando Henrique Cardoso. Concretizando sua política, ele ataca brutalmente a Nação. Novas demissões somam-se ao já dramático quadro do desemprego. Tudo é feito para favorecer interesses minoritários, dos que lucram com os juros altos e com a miséria do povo. A maior empresa privada do Brasil, a multinacional Volkswagen, por exemplo, ameaça com 10 mil demissões os metalúrgicos que recusaram uma redução dos salários.

Por que o Brasil é um dos mais atingidos pela crise financeira que estourou do outro lado do mundo? Porque a política de Fernando Henrique nos deixou à mercê da agiotagem internacional. E qual foi a reação do governo? Primeiro dobrou os juros, na esperança de aplacar o apetite dos agiotas. Depois, baixou o Pacote de Novembro, arrancando 20 bilhões de reais da sociedade para cobrir os efeitos da alta de juros.

Fernando Henrique mentiu. Prometeu desenvolvimento, mas trouxe recessão, desemprego e quebra-deira.

Falou em distribuição de renda, mas enriqueceu os ricos e empobreceu os pobres. Anunciou justiça social, mas só ajudou os banqueiros e especuladores. Acenou com a reforma agrária, mas pôs a polícia para perseguir e massacrar os sem-terra. Posou de democrata, mas governa por medidas provisórias, comprou deputados, favoreceu os financiadores da sua candidatura, aliou-se aos filhotes da ditadura e às oligarquias mais corrompidas, desnaturou a Constituição da República com a manobra da reeleição. Disse que ia investir em saúde e educação, mas empenhou os recursos do Estado e da Nação no pagamento dos juros da dívida externa e interna. Para pagá-los, liquidou o patrimônio das estatais mais importantes e lucrativas, aumentou os impostos, investiu contra os direitos dos aposentados, dos trabalhadores do setor público e privado.

É hora de dar um basta a esta situação inaceitável. Rejeitamos esta política. Falamos em nome de milhares de organizações, movimentos, entidades e partidos, de todos os Estados da Federação. Representamos os interesses populares e democráticos, a maior parte da sociedade organizada do país. Não fa-



Gente de todo o país contra o desemprego e o pacote de FHC

zemos oposição ao Brasil, como o presidente insinua em sua arrogância imperial. Nós somos o Brasil, os brasileiros e brasileiras, o país de carne e osso que vive, sofre e luta fora dos palácios de Brasília

Somos os sem emprego, sem carteira assinada e os sem aumento de salário, os sem casa, sem segurança, sem aposentadoria, os usuários dos serviços públicos que o governo sucateia. Somos as maiorias sociais, a ju-

ventude ameaçada pela perspectiva da barbárie neoliberal, as mulheres violentadas pela discriminação de gênero, os não brancos oprimidos pelo racismo. Somos os estudantes e professores, os trabalhadores das ciências e das artes, os intelectuais que não se vendem. Somos os pequenos empresários e agricultores sufocados pela política atual. Somos, em uma palavra e com muito orgulho, o povo brasileiro.

Temos consciência do passo inédito que damos aqui, no ginásio do Ibirapuera, São Paulo. Pela primeira vez reunimos tantos representantes de tão vastos setores e de todos os recantos do país, respeitando e valorizando nossa diversidade e construindo com ela um novo patamar da nossa unidade. Os que virão depois de nós não de ter a dimensão histórica do passo que damos hoje.

Reafirmamos nossa plataforma comum antineoliberal, de luta pelo trabalho, terra e cidadania. Defendemos o desenvolvimento sustentável, soberano e solidário, a reforma agrária, uma nova política industrial, de defesa do trabalho e do salário, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a reforma urbana, o engajamento do Estado na promoção da saúde e da educação, medidas de distribuição da renda, de combate

à exclusão, preservação do meio ambiente, defesa da Amazônia, resgate da soberania nacional no enfrentamento da dívida externa, radicalização da democracia. Esta é uma alternativa concreta para a transformação da sociedade, oposta à modernidade perversa de Fernando Henrique e do FMI.

A vitória será nossa. Ao repudiarmos uma globalização que divide o planeta em globalizadores e globalizados, estendemos as mãos a nossos irmãos da América Latina e de todos os continentes. Somos companheiros da mesma resistência, que por toda parte cresce, dá frutos e impõe derrotas ao neoliberalismo.

A condição para a vitória é a mobilização concreta de milhões por seus direitos e interesses. Juntos, construiremos esta grande mobilização nacional. Desde já, reforçamos o combate às demissões, a defesa da Previdência, dos direitos dos trabalhadores e do povo, convergindo para uma grande Marcha pelo Emprego, a partir de Primeiro de maio 1998. Lançamos aqui as sementes que germinarão em lutas do povo. Outros companheiros reforçarão e enriquecerão o movimento. Juntos, avançaremos na conquista de um Brasil soberano, livre, próspero e feliz.

Plataforma de lutas

Trechos da Plataforma aprovada no Encontro:

Trabalho:

- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem flexibilização dos direitos trabalhistas, sem redução de salários e com coibição das horas extras;
- Defesa de uma política para a criação e incentivo do primeiro emprego, levando em consideração o acesso e a permanência na escola;
- Política para geração de emprego e renda, levando-se em consideração as experiências de fomento à micro, pequena e média empresas do campo e da cidade condicionada à formalização e à garantia de direitos sociais e a criação de novas formas de financiamento;
- Combate à precarização e informalização das relações de trabalho;

- Defesa dos direitos sociais dos trabalhadores e aposentados;
- Lutar pelo amplo direito de greve e liberdade e autonomia sindical.

Terra

- Reforma agrária já, com liberação de recursos para o assentamento imediato de, no mínimo, 200 mil famílias ao ano;
- Redução dos juros para o financiamento do pequeno e médio agricultor;
- Revisão das políticas de importação de produtos agrícolas;
- Fim da impunidade dos crimes cometidos contra os trabalhadores no campo;

Qualidade de vida

- Contra as reformas de FHC e garantia de uma seguridade social universal e de qualidade (Previdência, assis-

- tência social e saúde pública), com elevação dos recursos, condignos com o nível de desenvolvimento da sociedade;
- Implantação imediata do SUS e destinação de recursos públicos somente para a saúde pública;
- Promoção da reforma urbana, com reorientação das políticas urbanas para viabilização de moradia, transporte coletivo, saúde, educação e saneamento básico para todos, com financiamento de programas habitacionais com participação popular, estimulando a autogestão;
- Políticas efetivas de preservação do meio ambiente.

Educação

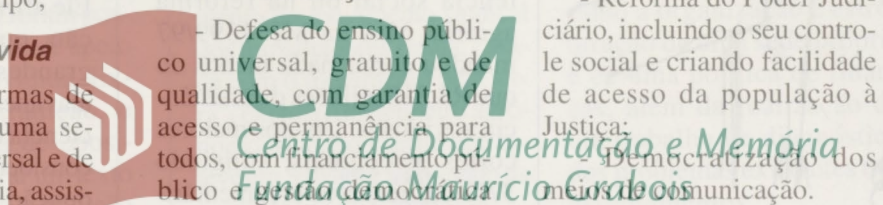
- Defesa do ensino público universal, gratuito e de qualidade, com garantia de acesso e permanência para todos, com financiamento público e gestão comunitária

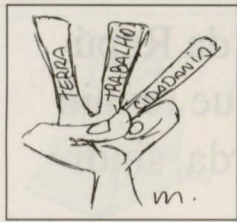
em todos os níveis;

- Luta contra a PEC-370 (privatização da universidade) e defesa da universidade pública e do sistema nacional de pesquisa, ciência e tecnologia. As universidades públicas são responsáveis por mais de 90% das pesquisas produzidas no Brasil;

Cidadania e democracia

- Punição para todos os policiais, militares ou não, envolvidos em ações criminosas e de abuso de autoridade, como nos conhecidos casos de Diadema e Carandirú;
- Imediata erradicação do trabalho escravo e infantil;
- Reforma do Poder Judiciário, incluindo o seu controle social e criando facilidade de acesso da população à Justiça;
- Democratização dos meios de comunicação.





Mais de 3 mil pessoas, de 1.118 entidades, realizaram o Encontro Popular contra o Neoliberalismo, por Terra, Trabalho e Cidadania, em São Paulo, no dia 6 de dezembro. No dia anterior, uma manifestação no centro da capital paulista exigiu o fim da política neoliberal de FHC

Trabalhadores apontam novo rumo para o país



João Amazonas: "O neoliberalismo não nos dará tréguas"

Guiomar Prates

Mais de 3 mil pessoas participaram do Encontro Popular contra o Neoliberalismo, por Terra, Trabalho e Cidadania, realizado no dia 6 de dezembro, no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo. Elas representavam 1.188 entidades do movimento sindical, popular, estudantil e juvenil.

Coordenado pela CUT, UNE, Ubes, Conam, CNBB, OAB, UJS, PT, PCdoB, e dezenas de outras entidades e partidos políticos, o encontro aprovou uma plataforma de lutas para o movimento social e um calendário de mobilização para o próximo ano, onde destacam-se a jornada de solidariedade aos trabalhadores do ABC, a luta em defesa da Previdência, no mês de janeiro, e a Marcha pelo Emprego, a partir de maio.

O Encontro também aprovou a constituição de uma coordenação permanente do movimento social, formada pelas entidades que o organizaram.

Durante todo o dia, dezenas de entidades e representantes das delegações estaduais usaram o microfone para se manifestar sobre a plataforma, denunciar a situação lamentável em que se encontram os Estados e municípios e os efeitos nocivos da política neoliberal e do recente pacote sobre os trabalhadores.

Representatividade

O ator Sérgio Mambert, em nome dos artistas, afirmou que o Brasil precisa de um projeto cultural que leve em conta as características do país, de nacionalização e não apenas as im-



Comunistas defendem unidade das oposições e frente ampla para derrotar FHC

posições do mercado. Além disso, denunciou que o último pacote atinge diretamente a área, que envolve cerca de 350 mil empregos e remete para fora do país cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano. Segundo ele, a área cultural será duramente atingida com o corte de verbas.

Ricardo Abreu de Mello, presidente da UJS, destacou o grande número de jovens presentes e a importância que a juventude deu a este Encontro, além de defender uma grande unidade de todos os setores de oposição para enfrentar Fernando Henrique na batalha eleitoral do próximo ano.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, denunciou as pressões que os trabalhadores vêm sofrendo para que aceitem a redução dos salários sob chantagem de demissão de 10 mil metalúrgicos.

Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Luiz Chaves, defendeu a

realização de uma greve geral no próximo ano como forma de resistir aos ataques que os trabalhadores vêm sofrendo.

José Gomes falou em nome dos trabalhadores que foram demitidos da Empresa de Correios e Telégrafos, pedindo a solidariedade para eles que estão acampados há 55 dias em frente à sede central da empresa em Brasília e querem a readmissão.

Ato-compromisso

O Encontro encerrou-se com a realização de um ato-compromisso que reuniu algumas das maiores lideranças de oposição a Fernando Henrique. João Amazonas, presidente do PCdoB, Lula, José Dirceu, presidente do PT, os deputados federais Vivaldo Barbosa (PDT) e Alexandre Cardoso (PSB), ambos do Rio de Janeiro; o presidente da UNE, Ricardo Cappelli e Vicentinho, presidente da CUT.

A tônica das intervenções foi a defesa de uma ampla unidade, a começar pelas entidades do movimento social e passando pelos partidos políticos, como única forma de resistir e derrotar a escalada neoliberal.

O presidente da UNE reafirmou que a grande bancada da juventude, vinda de todos os cantos do país para o Encontro, está disposta a impulsionar a mobilização e cobrou dos dirigentes partidários que garantam a unidade. "Vamos fazer a nossa

parte, porque o povo quer essa união, mas exigimos que essa unidade não seja quebrada na cúpula", afirmou.

José Dirceu diz que o PT, apesar de já ter lançado a candidatura de Lula, prioriza a unidade em oposição a FHC. "E o que unifica as oposições é uma plataforma mínima, não é o programa do PT nem o do PCdoB", disse ele, destacando ainda a necessidade de envolver setores médios e ganhar o apoio das entidades da sociedade civil organizada. "Sem isso não se ganha eleição", advertiu.

Vontade de vencer

"Este encontro ficará marcado na história do país como um acontecimento de grande importância e o despertar de uma nação para enfrentar os graves problemas do país". A afirmação é do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, que destacou ainda que não estamos diante de problemas passageiros. "Se queremos um país livre e independente devemos nos preparar para esta batalha, realizando ações como essa, porque o governo de Fernando Henrique não é fraco, conta com o apoio do capital financeiro mundial, dos latifundiários, dos grandes banqueiros, da grande burguesia e da mídia. A nossa batalha é difícil, dura, porque temos ainda pouca expressão. Vamos lutar para transformar os 3 mil milhões em 30 milhões nos próximos

meses. É preciso que a nação tome consciência da grave situação. Não será apenas com a vanguarda que venceremos. É preciso uma luta cada vez mais decidida, mais ampla e consciente dos objetivos que perseguimos. É uma luta que se dá em todos os terrenos. É preciso também espírito combativo e vontade de vencer e uma grande união do povo brasileiro para fazer do Brasil um grande país. Estamos apenas no começo. O neoliberalismo não nos dará tréguas. Ele não vai dar tréguas, até tirar os nossos olhos e a nossa carne, vai aprofundar o desespero e a miséria do povo. É preciso avançar, porque nossa unidade é ainda muito incipiente e frágil. Nosso compromisso de honra é desenvolver essa unidade e colocar os interesses do povo acima dos interesses menores", disse o veterano dirigente comunista.

Obrigaçao moral

Vivaldo Barbosa, que no ato representou Leonel Brizola, defendeu a necessidade de se construir "a mais ampla unidade do povo" e Alexandre Cardoso, que representou o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, criticou a reforma administrativa que, segundo ele, vai gerar diretamente a demissão de 280 mil servidores federais, estaduais e municipais.

O presidente de honra do PT, Luis Inácio Lula da Silva, considerou o encontro um fato extraordinário. "Normalmente, falamos de unidade nos palanques mas ela se materializa neste encontro. Defender a unidade é quase uma obrigação moral, ética e os que aqui estão reunidos nos dão uma pequena lição, porque constroem a unidade na prática. Nossas divergências são pequenas se comparadas com o que temos com o neoliberalismo. Assumo aqui o compromisso de vida, candidato ou não candidato, eleito ou não eleito, de lutar pela reforma agrária, em defesa do emprego e da dignidade dos trabalhadores, em defesa dos serviços públicos, dos sem-terra, da educação pública e gratuita e de qualidade".



Encontro aprova calendário de mobilizações

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



A candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República foi lançada no dia 11 de dezembro, em ato político que reuniu centenas de militantes do PT e de outros partidos de esquerda, sindicalistas e ativistas no movimento popular

PT lança Lula em Brasília

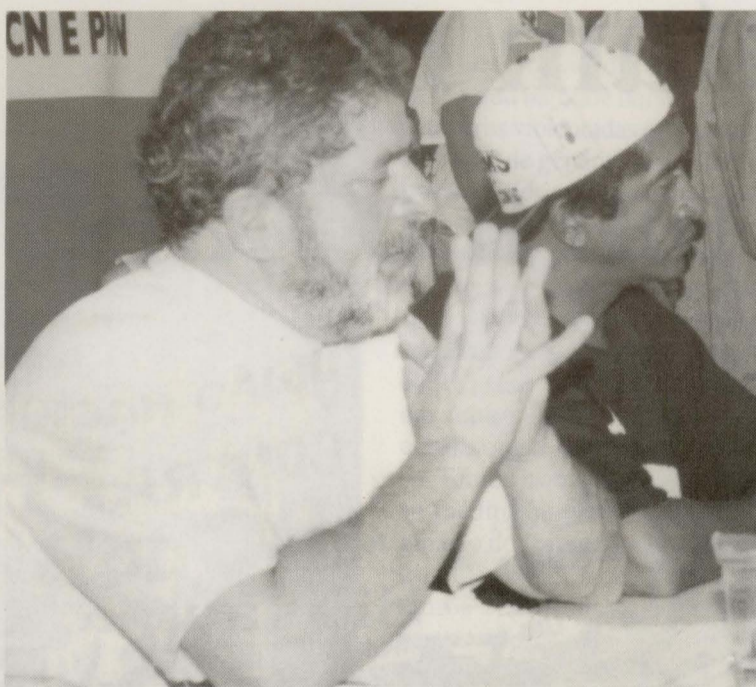
O lançamento ocorreu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Mais do que a magnitude de uma campanha presidencial, a reunião simbolizou a idéia de alcançar a unidade interna do PT em torno de um nome e de uma meta para 98. O deputado federal Aldo Arantes (PCdoB-GO), líder da bancada na Câmara, levou um abraço de João Amazonas e do Partido aos participantes do acontecimento e defendeu uma aliança ampla com base na esquerda. Lula foi anunciado aos acordes do hino Internacional Comunista, associado pelo entrevistador e acompanhado pelos presentes. Em seu pronunciamento, ele lembrou antigas lideranças comunistas, mártires das lutas libertárias e os guerrilheiros do Araguaia como referência do "sonho a ser construído".

Entre os oradores, falaram o ex-governador baiano Waldir Pires; o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque; o presidente do PT, José Dirceu; o senador Antônio Carlos Valadares, representando o PSB e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes; o deputado Vivaldo Barbosa, em nome do

PDT e do ex-governador Leonel Brizola. O tom das intervenções percorreu basicamente um certo diagnóstico da caótica e preocupante situação vivenciada hoje pela sociedade brasileira, da necessidade premente da unidade para derrotar o neoliberalismo e da importância e representatividade de Lula nesse quadro de mudanças em curso.

Aldo expressou o desejo do PCdoB de "sintetizar as aspirações de todos os setores insatisfeitos no sentido de ousar lutar contra o neoliberalismo". Considerando que "o falso discurso radical leva à derrota", defendeu a meta emergente que consiste em "retirar o centro das mãos de FHC". Afirmou que é indiscutível a importância da presença do PT ao lado do PCdoB, do PSB e do PDT, entre outras forças relevantes rumo à mudança profunda das estruturas no Brasil. Considerou que, no momento é preciso buscar uma ampla frente de centro-esquerda com base na esquerda.

José Dirceu e Lula se destacaram pelo sentido de suas intervenções, reforçando o conteúdo do ato com o evento relacionado "a unidade interna do PT".



Lula, no Encontro Contra o Neoliberalismo

Conclamaram ao desdobramento das ações no sentido de gerar um movimento de transformação no Brasil a partir da campanha a se iniciar nos primeiros meses de 98. Dirceu afirmou que "uma frente política é o único caminho para derrotar FHC", incluindo neste pacto forças progressistas que participam dos partidos de centro, a exemplo dos que estão no PMDB.

O candidato do PT à Presi-

dência, recebido ao som da Internacional e da música tema de sua campanha de 1989 ("Sem medo de ser feliz"), recuperou as conversações mantidas com os partidos de esquerda, a "síndrome" de especulações que dominou a grande imprensa neste período e afirmou: "Seremos vitoriosos com toda certeza se juntarmos o Brasil organizado, o PCdoB, PDT, PSB, PSTU, PCB e PV para sepultar o pe-

sadelo neoliberal em nosso país". Avaliou as condições das derrotas de 1989 e 1994, projetando nesta última patamar (inferior) da qual parte para a disputa de 98, e defendeu um programa viável que incluía a satisfação das necessidades básicas da população e metas como a reforma agrária. "Isto é possível e é bem mais barato do que financiar agiotas com o Proer e com outros gastos absurdos".

Lula deu um conteúdo histórico ao que entende ser uma campanha presidencial no Brasil de hoje. Para ele, "é um sonho que deve recuperar as idéias libertárias de Tiradentes e como sonharam e morreram Antônio Conselheiro e Zumbi, sementes de um Brasil novo". Foi mais longe nesta viagem pelo tempo histórico brasileiro, lembrando diversas personalidades revolucionárias de momentos de viragem da República. Neste momento, depois de citar, entre outros, Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighela, Padre Josino, as vítimas de Eldorado de Carajás, voltou-se para Aldo Arantes e lembrou os guerrilheiros do Araguaia "cujo sonho lutaremos para resgatar".

Lei Pelé

Câmara altera projeto e faz uma boa lei

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta, 10, por unanimidade, a chamada Lei Pelé que trata das normas gerais do desporto brasileiro.

Apesar de pretender normatizar o esporte em geral, a Lei Pelé é, nitidamente, uma lei do futebol. O projeto original do "rei" buscava transformar os clubes em sociedades comerciais que estivessem autorizadas a vender suas ações na Bolsa de Valores e que poderiam, até mesmo, ter decretada sua falência, no caso de acumularem prejuízos. Pode-se imaginar, por exemplo, a "marca" Flamengo sendo penhorada para pagamento de dívidas?

A proposta de transformar os clubes em empresas embalava-se no argumento de que a estrutura atual é anacrônica e dominada por "cartolas" com situação não muito clara junto ao fisco. Aproveitavam-se, portanto, da existência de um sentimen-

to justo de contrariedade com o atual estado de coisas no futebol para contrabandear uma proposta de cunho neoliberal. Queriam substituir a "máfia" pelos banqueiros e multinacionais no controle do esporte do coração dos brasileiros.

Felizmente, os intensos e acalorados debates resultaram numa proposta de acordo que, se não é a ideal, preservou este patrimônio da cultura brasileira que são os clubes de futebol. Primeiro, abrindo a possibilidade deles transformarem-se em "sociedades civis com fins econômicos" que são regidas pelo Código Civil e não pelo comercial, e dando prazo de dois anos para que a transformação ocorra. Segundo, porque ao acabar com o instituto do passe, preservou os interesses dos clubes formadores de atletas, assegurando o primeiro contrato profissional do jogador - de, no máximo, dois anos - com o clube

de origem e dando a este o direito de preferência na primeira renovação.

Ficam permitidas as Ligas independentes que poderão organizar competições sem necessidade de permissão da CBF; o poder de fiscalização do Ministério Público é assegurado; os bingos ficam obrigados a recolher 7% da arrecadação aos clubes e 19% para a receita federal, além de ficarem submetidos a um controle mais rigoroso. Por sugestão do deputado Ricardo Gomyde (PCdoB-PR), foi criada uma taxa para transferência de jogadores ao exterior, que deverá constar de todos os contratos realizados em território nacional.

Os avanços na lei foram possíveis porque a bancada de apoio ao governo ficou dividida. Explorando essa contradição, o PCdoB e a bancada de oposição puderam assegurar um texto legal mais adequado à tradição do futebol brasileiro.

Congresso discute atuação do MLT

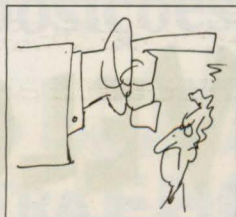
Mariana Carneiro

O Movimento de Luta Pela Terra - MLT realizou, nos dias 20 e 21 de novembro, em Salvador, o seu I Congresso Estadual. O Congresso estabeleceu a linha política geral de atuação do MLT, fortalecendo a bandeira da reforma agrária, elevando o nível do movimento de massas no campo e acumulando forças no combate contra o neoliberalismo. Foram avaliadas as experiências das ocupações e assentamentos do MLT na Bahia.

"O Congresso foi um passo importante para sistematizar as experiências realizadas até agora pelo MLT, dando a ele uma maior organização para continuar a luta pelo fortalecimento do movimento sindical dos trabalhadores rurais, casada com o movimento pela terra", explica o engenheiro agrônomo Manoel Cardia que esteve em Salvador auxiliando na organização do Congresso.

Entre as principais metas de atuação do MLT definidas no Congresso estão a continuidade das ocupações como forma de pressão pela reforma agrária, organizar a produção e capacitação dos trabalhadores e manter e consolidar a parceria com o movimento sindical de trabalhadores rurais. No evento também foi constituída uma coordenação, que passa a incluir, além de representantes dos trabalhadores rurais, nomes de profissionais, sindicalistas e técnicos envolvidos com a causa rural.

Integram a Executiva do MLT Lourival Gusmão, Marcondes Machado, Aldenís Meira e Etevaldo de Jesus. Entre as ações imediatas pretendidas pelo MLT, estão a organização e estruturação de uma sede própria e de uma política de finanças, além da realização de cursos de capacitação dos assentamentos.



Os 23 mil trabalhadores da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo ingressaram no mês de dezembro encarando uma ameaça cruel: ou aceitam uma redução de 20% nos salários e na jornada de trabalho ou 10 mil operários serão colocados no olho da rua

Volkswagen quer trabalhadores pagando a conta da recessão

Claudio Gonzales

A proposta da Volks é de aumento: na margem de lucro dos patrões e na quantidade de trabalho dos funcionários

A proposta indecente da multinacional alemã foi trazida pelo diretor mundial de recursos humanos da empresa, o alemão Peter Hartz, que desembarcou no Brasil no dia 1º de dezembro, especialmente para encaminhar a orientação da matriz. Uma carta-circular apresentou a proposta aos trabalhadores: “o que é melhor, optar por ganhar menos por um período ou optar por demissões?” Este trecho da circular explicita bem o caráter chantagista da proposta.

Esta não é a primeira vez que a Volks radicaliza com os funcionários. Em 16 de dezembro de 1986, a filial da multinacional alemã no Brasil anunciou que iria demitir 1.200 trabalhadores em represália à greve geral ocorrida naquele ano.

FHC, padrinho da indecência

Desta vez, os motivos da ameaça são econômicos do que políticos, mas não deixam de ter seu viés reacionário. Propostas descabidas como essa estão pipocando nos diversos setores da economia graças às alterações constitucionais e Medidas Provisórias que Fernando Henrique aprova diariamente, visando flexibilizar os direitos trabalhistas. O mesmo FHC tem a cara-de-pau de afirmar que nada tem a ver com isso, porque não é nem patrão nem trabalhador.

Negociando a partir de uma conjuntura econômica recessiva que apresenta índices recordes de desemprego e sob a proteção celestial de FHC e do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, os patrões sentem-se seguros para impor suas condições aos empregados, principalmente quando encontram

eco no próprio movimento sindical, como tem ocorrido na capital paulista, onde a Força Sindical, após o acordo firmado com o Sindicato das Indústrias Paulistas de Autopeças, se colocou “à disposição do patronato para fechar outros acordos de redução de jornada e de salário”.

No caso da Volks, os trabalhadores, liderados por sindicalistas da CUT, reuniram-se em assembléias na porta da fábrica e rejeitaram a proposta.

Grandes atos contra o desemprego estão sendo promovidos pelos trabalhadores do ABC para tentar impedir as demissões. Até o momento, os trabalhadores têm mantido a posição contrária à proposta. Mas a cada assembléia a situação fica mais difícil.

Analfabeto político

A chantagem da Volks somada ao acordo da Força Sindical com o Sindipeças foram a deixa para que outras empresas do setor automotivo também anunciassem seus “pacotes” de enxugamento do quadro de funcionários. Só em São Bernardo do Campo, três outras montadoras estão estudando formas de afastar funcionários da linha de produção. A Scania já abriu o programa de demissão voluntária, a Ford abrirá seu programa em janeiro com a intenção de reduzir 33% do atual quadro de pessoal e a Mercedes-Benz pretende continuar explorando o trabalho por contrato temporário e está dando férias coletivas em dezembro. A própria Volks, que inicialmente pretendia atingir com sua proposta somente a fábrica de São Bernardo, estendeu-a aos metalúrgicos de Taubaté, que também a rejeitaram.

Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, festeja o acordo fechado com



Passeata em São Bernardo contra o desemprego, dia 11

as indústrias de autopeças que prevê redução de até 25% na jornada de trabalho e de até 10% nos salários. “Estamos preservando os empregos”, comemora. Mas qual a garantia que ele tem de que não ocorrerão demissões? Parafraseando Brecht e o seu poema *O Analfabeto Político*, podemos dizer que “não percebe o imbecil” que a única coisa que está sendo preservada nesta história toda é o lucro da empresa.

Por trás de todas as propostas apresentadas pelas empresas está o mesmo argumento: “é preciso compensar a queda nas vendas gerada pelo Pacote Fiscal que aumentou as taxas de juros e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)”.

A Fiat, instalada em Betim-MG, é, por enquanto, a única nota destoante. Anunciou no dia 10 de dezembro que pretendia reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, mas sem redução de salários, como forma de diminuir a ociosidade entre os turnos de trabalho.

Reivindicação histórica

A redução da jornada proposta pelos patrões nada tem a ver com a histórica reivindicação dos trabalhadores por menos horas de trabalho em troca de mais horas de descanso e lazer. Muito menos coincide com a proposta da CUT de diminuir a jornada para que se abram mais postos de trabalho. Na verdade, as empresas estão buscando enxugar o quadro de pessoal para manter sua margem de lucro diante de um cenário econômico recessivo, que fez a produção de veículos cair 32,5% enquanto as vendas caíram 33,6% depois que o governo introduziu seu Pacote Fiscal.

Além da conjuntura econômica, contribuem para aumentar o desemprego no setor os fatores ligados à reestruturação produtiva das empresas, que investem em novas tecnologias e com isso desativam postos de trabalho. O operário perde sua função na linha de produção para máquinas e robôs.

Para o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, reduzir o salário de trabalhadores é o cúmulo da humilhação. “Diminuir o salário nas autopeças é estimular a redução em todo o país, o que só vai piorar a crise”, disse o sindicalista. “A queda do faturamento das empresas reduz sua caixa de fluxos. O corte de salário do trabalhador reduz sua caixa de alimentos.”

O jornalista Altamiro Borges, coordenador do Centro de Estudos Sindicais (CES) e Secretário Sindical do PCdoB-SP, confirma o prognóstico feito por Vicentinho. Segundo Borges, a decisão de não aceitar a proposta, apesar de difícil, é a mais acertada. “Em primeiro lugar, porque se fosse aceita, a proposta teria o efeito da bola de neve. Outras empresas seguiriam a trilha da multinacional que é a líder das montadoras no Brasil. A redução do salário, que é inconstitucional, viraria moda. O arrocho teria como consequência a redução do consumo e da produção, e — novamente o dilema — estimularia o desemprego. E em segundo lugar, porque não há qualquer segurança de que a proposta evite as demissões”, avaliou Borges.

A situação só não está pior porque as férias coletivas e as vendas de Natal, apesar de fracas, estão sendo usadas para dispensas imediatas. Mas deve se deteriorar a partir de janeiro.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC está tentando chegar a um acordo com a Volkswagen onde propõe a flexibilização do horário de trabalho dos funcionários, mas sem redução de salários, a exemplo do que ocorreu no Rio de Janeiro onde o Sindicato dos Metalúrgicos, também ligado à CUT, foi obrigado a aceitar a proposta do Banco de Horas (sistema em que a empresa libera mais cedo os funcionários nos períodos em que a produção é pouca e exige mais horas de trabalho nas épocas de maior demanda).

Segundo Chaves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, esta foi a única forma de evitar demissões em massa na categoria. Apesar de não ser a solução que os metalúrgicos cariocas queriam, o acordo firmado no Rio é, na opinião de Chaves, “indiscutivelmente melhor que o acordo defendido pela Força Sindical em São Paulo.” “Além de garantir o emprego dos trabalhadores e manter o salário, nós conseguimos um aumento geral de 4% e uma elevação de 10,64% no piso salarial da categoria”, afirmou Chaves.

Em São Bernardo, as negociações entre trabalhadores e empresários continua sem definição.

Diante desse quadro dramático, é preciso uma política ativa de resistência, de luta. Várias atividades de protesto já foram realizadas e outras estão marcadas. No dia 11, uma passeata de metalúrgicos de várias montadoras do ABC reuniu cerca de 25 mil pessoas no Paço Municipal de São Bernardo do Campo. O protesto foi inclusivo, em greve e ocupação de fábrica caso a Volks confirme sua ameaça.



Metalúrgicos rejeitam a proposta indecente

AS VEREDAS DE CAETANO VELOSO

Carlos Pompe

Caetano Veloso vai da música para as bibliotecas. Um dos mais influentes artistas brasileiros, ele lançou, pela Companhia das Letras, um ensaio autobiográfico, com mais de 500 páginas, *Verdade tropical*.

O compositor rememora sua arte e sua atuação, e opina sobre a produção artística e o curso político do país, em especial nas últimas três décadas.

Festa Imodesta

É uma característica própria de alguns artistas, ao fazerem a avaliação de uma época ou da obra de uma época, o fazerem a partir de sua própria produção. Assim ocorre, em geral, nas suas autobiografias. Basta lembrar *Minha vida*, de Charles Chaplin; *Confesso que vivi*, de Pablo Neruda; ou mesmo a satírica *Autobiografia não autorizada*, de Groucho Marx. No Brasil, vários artistas inserem-se também nesse contexto, como *Navegação de cabotagem*, de Jorge Amado e, no campo da música popular, *Quem quebrou meu violão*, de Sérgio Ricardo.

Caetano reforça essa tradição. Com as características pessoais que lhes são próprias: “Eu sou relativamente tímido e sou capaz de humildade, mas não sou modesto. Não tenho vontade de me desvalorizar (ou de me valorizar através do estratagema de subestimar-me para provocar protestos) nem tenho vergonha de reconhecer explicitamente valor ou grandeza no que eu faça ou mesmo em algumas características pessoais”.

Verdade tropical, diz o autor, foi escrito por encomenda de um editor norte-americano, e por isso traz detalhes e explicações que talvez fossem desnecessárias para o leitor brasileiro. Contudo, houve hesitação em escrever pela “desconfiança de que o que eu poderia dizer nele – e o modo como eu o poderia dizer – seria afinal demasiado complicado para quem se aproxima de um livro sobre música popular, e por demais próximo da música popular para quem está disposto a ler livros complicados”.

Caminhando contra o vento

Participante ativo e um dos idealizadores do movimento Tropicália, que pretendia “mover-se além da vinculação automática com as esquerdas, dando conta ao mesmo tempo da revolta visceral contra a abissal desigualdade que fende um povo ainda assim reconhecivelmente uno e encantador, e da fatal e alegre participação na realidade cultural urbana universalizante e internacional, tudo isso valendo por um desvelamento do mistério da ilha Brasil”, Caetano aborda no livro não apenas as questões artísticas relativas à música popular, mas também teatro, cinema, televisão, pintura.

Suas opiniões polêmicas sobre as várias manifestações artísticas denotam um autor participante de seu tempo, com uma visão abrangente da história e das artes. Com certeza, um caso não muito comum entre artistas populares. A análise e avaliação que faz dos filmes *Terra em transe* e *Deus e o Diabo na terra do Sol* demonstram o domínio que Caetano tem da crítica cinematográfica, que exercitou quando estudante em Salvador.

Qualquer coisa

O livro também contempla comentários, críticas e episódios anedóticos sobre acontecimentos e artistas com quem os tropicalistas conviveram. Os leitores aficionados por casos e mexe-

ricos do meio artístico vão encontrar na *Verdade Tropical* fofocas atuais e antigas. Caetano chega mesmo a contar detalhes de relacionamentos seus e de seus colegas, e a destilar maldades impagáveis. Sempre num estilo de “disse mas não disse” – uma certa forma de fazer afirmações as mais peremptórias, finalizadas com “ou não...” –, negando terminantemente que esteja levantando uma suspeita, como na página 164: “Tampouco quero insinuar que houvesse um caso de amor entre os dois artistas”, ao referir-se a uma apresentação de um bailarino e um cantor.

Essa forma peculiar de redigir também o levou a negar, em entrevista, que houvesse escrito que “nós, os tropicalistas, éramos os mais profundos inimigos do regime”, como de fato escreveu, na página 386. Não deixa de ser interessante que critique Gilberto Gil por sua tolerância sem limites, que o leva “a considerar de múltiplos pontos de vista qualquer questão que fosse, a ponto de anular a possibilidade de definir uma posição.”

Podres poderes

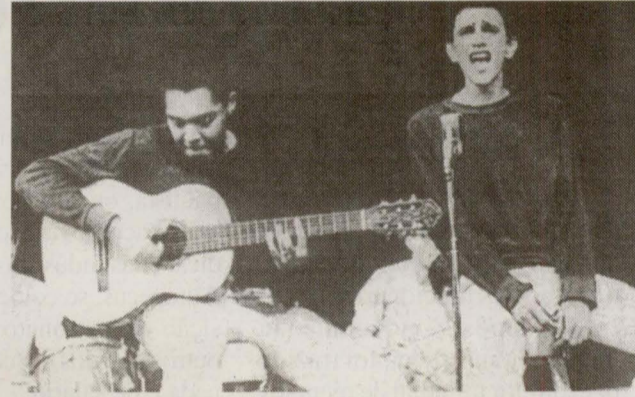
Em que pese sua preocupação constante em distanciar-se da esquerda, a ditadura militar viu no movimento tropicalista um inimigo a ser eliminado. Caetano e Gil foram arbitrariamente presos. Caetano amargou a solitária e, junto com Gil, o exílio. As páginas dedicadas a esse período ajudam a compreender melhor a barbárie do triste período em que o Brasil viveu sob a mais terrível ditadura de nossa história.

A perseguição aos comunistas, aos democratas, aos intelectuais e aos artistas impôs um corte abrupto na produção intelectual brasileira. Caetano, que afirma ter crescido “vendo no anticomunismo uma reação da mediocridade contra tudo o que pudesse haver em mim de grandioso”, é vítima da truculência contra a inteligência dos generais no poder. Consegue, durante seu exílio londrino, autorização para comparecer a uma festa familiar no Brasil. Foi recebido por militares no aeroporto, levado para interrogatório e “obrigado a fazer duas apresentações na TV, uma no programa do Chacrinha e outra no *Som Livre, Exportação*, o novo musical da TV Globo, para que ‘tudo parecesse normal’”.

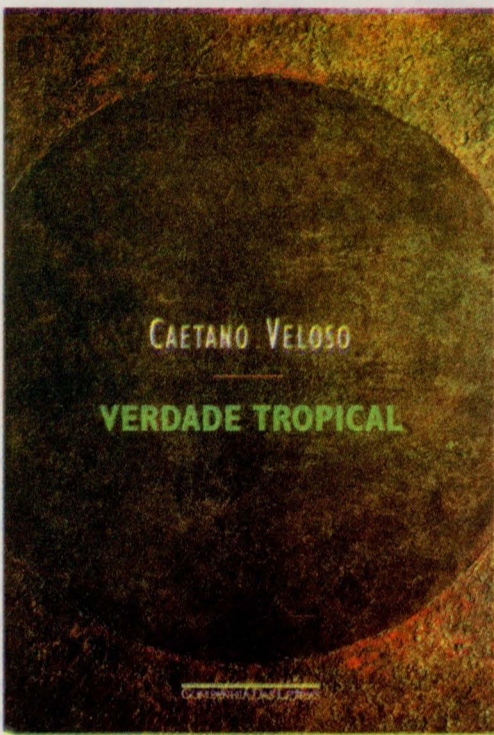
Caetanear o que há de bom

As avaliações e opiniões de Caetano são feitas, é claro, do alto de suas pretensões: “O século XX foi chamado de ‘o século americano’. Hobsbawm – que o caracterizou como ‘breve’ – afirmou que, em matéria de cultura popular, pudemos ser, no denso espaço dessa brevidade, ‘ou americanos ou provincianos’. Na periferia da economia mundial, o Brasil apresentou, com o tropicalismo, um modelo de enfrentamento dessa questão que só agora se torna mundialmente inteligível”.

Mas seu livro traz informações, opiniões e uma visão de grandeza da produção cultural brasileira. Contribui para o entendimento de nossa época e nosso país e para colocar em discussão caminhos e alternativas para as artes produzidas no nosso tempo. Um livro de interesse para aqueles que apreciam e acompanham a arte popular brasileira ou não.



Gil e Caetano no show “Arena canta Bahia” em 1967



As “memórias reflexivas” de Caetano, em mais de 500 páginas



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois